

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**DESLOCAMENTOS DAS PRÁTICAS DE
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E SEUS EFEITOS NA
EDUCAÇÃO DE SURDOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Natana Pozzer Vestena

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2014

DESLOCAMENTOS DAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Natana Pozzer Vestena

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientador: Prof.^a Dr.^a Eliana da Costa Pereira de Menezes

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**DESLOCAMENTOS DAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

elaborada por
Natana Pozzer Vestena

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eliana da Costa Pereira de Menezes, Dr.
(Presidenta/Orientadora)

Monica Zavacki de Moraes, Msc. (UFSM)

Priscila Turchiello, Msc. (IFF São Borja)

Santa Maria, 04 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Quero, nesse momento, agradecer de forma simples a todas as pessoas que me apoiaram e participaram, junto comigo, nesta caminhada. Pessoas que espero continuar encontrando por aí, pessoas que espero que ainda contribuam muito no meu crescimento pessoal e profissional, pessoas que continuem aparecendo em novos agradecimentos, pessoas que eu adorei conhecer e conhecer um pouco mais, levo cada uma junto comigo neste momento...

Agradeço primeiramente e muitíssimo, à minha família, meu pai, minha mãe e meu irmão por mais esta vitória, por mais dois anos de apoio, de ajuda, de compreensão. Família, a base das minhas escolhas, do meu jeito de ser e que apesar de tudo sempre considerou a minha educação em primeiro lugar.

Agradeço ao meu namorado pela paciência, pela acolhida, pelas conversas – filosóficas ou não – principalmente nos momentos escrita.

Agradeço à professora Eliana por ter me recebido de braços abertos ao convidá-la a me orientar, tanto na pesquisa quanto nos estudos. Por ter me recebido no grupo de pesquisa e de estudos, onde cresci muito. Por outros momentos em que me ajudou e apoiou, muito obrigada! Pelos momentos esclarecedores e tranquilos – confesso que me inspirava mais após as orientações – mas receio ter dado um pouco mais de trabalho do que pretendia.

Agradeço à professora Márcia e suas orientandas de doutorado, pelas discussões e momentos de aprendizado que me foram proporcionados no grupo.

Agradeço aos professores do curso, pelas aprendizagens e discussões. Aprendi muito além do que imaginava. Gostaria que todas as pessoas da área da educação e interessados tivessem a oportunidade de fazer o curso.

Agradeço aos colegas do curso, desde a graduação e aos novos, que apesar de pouco tempo de convívio pude conhecer a todos. Fico imensamente feliz por termos compartilhado conhecimentos numa turma tão heterogênea.

Agradeço a minha ex-professora Daiane, pois foi quem me despertou o interesse no curso e quem muito me ajudou com simples conversas.

Agradeço à minha banca, pelo tempo de aprendizado nos grupos e pelas contribuições à versão final deste trabalho.

Agradeço à escola onde foi realizada a coleta de dados, principalmente à

professora Jane, pelo apoio e carinho com que sempre me recebeu.

Agradeço à minhas colegas de apartamento, minhas amigas, pelas mais diversas ajudas e pelo apoio em tudo. Espero passar no mestrado para continuarmos compartilhando muitas coisas.

Agradeço aos colegas do Técnico em Administração por tudo e principalmente pela amizade e momentos de descontração.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Acessibilidade e Ânima, por todos os momentos compartilhados e pelas aprendizagens que me foram proporcionadas. Com certeza são pessoas marcantes em minha vida.

Agradecer também, àquelas pessoas que não estiveram tão presentes nesta caminhada, mas que sei que torceram por mim.

Obrigad@ a tod@s!

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Especialização Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

DESLOCAMENTOS DAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

AUTORA: NATANA POZZER VESTENA

ORIENTADOR: Prof.^a Dr.^a ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 04 de dezembro de 2014.

Neste trabalho procuro compreender a emergência de deslocamentos nas práticas de organização escolar, centradas na operação da normalização disciplinar para as práticas centradas nas ações de normalização biopolítica, e seus efeitos na escolarização de sujeitos surdos. A materialidade utilizada para a análise foi constituída por diferentes registros de práticas escolares, desde livros diários, relatórios e planos curriculares datados desde 1963. Para analisar essa materialidade, partiu-se do pressuposto de que todo discurso produz práticas, sujeitos e verdades, e que esses discursos resultam de acontecimentos que lhes dão condições de possibilitar sua emergência. Dessa forma, analiso as produções discursivas presentes nestes documentos para compreender os deslocamentos das formas de organização escolar e seus efeitos na educação dos sujeitos surdos nos dois momentos. Foi possível perceber que de uma ação centrada na normalização/correção e na produção de sujeitos surdos capazes de desenvolver a audição e a fala, passamos na contemporaneidade a produzir ações de normalização desse sujeito através da criação de condições de naturalização de sua presença no espaço escolar. Essas condições passam principalmente pela oficialização da língua de sinais e da previsão legal da figura do intérprete na sala de aula. Tal deslocamento possui como matriz de racionalidade a governamentalidade neoliberal, a partir da implementação de estratégias biopolíticas postas em operação para a promoção da segurança da população.

Palavras-chave: Práticas Discursivas. Administração Escolar. Gestão Escolar. Educação de Surdos.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Graduate Program in Educational Specialization
Universidade Federal de Santa Maria

MOVEMENTS OF SCHOOLS ORGANIZATION PRACTICES AND ITS EFFECTS IN EDUCATION OF THE DEAF

AUTHOR: NATANA POZZER VESTENA

ADVISOR: Dr.^a ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES

Date and Location of Defense: December 04th, 2014, Santa Maria.

In this paper, I seek to understand the emergency of displacement of schools organization practices, centralized in operations of disciplinary normalization to practices centralized in actions of bio-political normalization, and its effects in schooling of deaf people. The materiality used for this analyze was incorporated by different registers of schools practices, from daily books, reports and curricula dated since 1963. To analyze this materiality, I started with the assumption that all discourse produces practices, subject and truths, and that this discourses result from events that give conditions to enable its emergency.

Thereby, I analyze discursive productions being in these documents to comprehend movement of school organization forms and its effects in educations of deaf people, in both moments. It was possible to perceive that an action centered in normalization/correction and production of deaf people able to develop audition and speech, we passed in contemporaneity age, produce actions of normalization of this person through creation of naturalization conditions for introduce his presence on school. These conditions passed mainly by official sign language and of legal forecast of an interpreter on classes. This movement has as matrix of rationality the neo-liberal govern mentality, starting from implementation of strategies bio-political put into practice to promote security of population.

Keywords: Discursive Practices. School Administration. School Management. Deaf Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registros utilizados para análise	17
--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Documento pertencente ao livro n. 20. Relatório datado de 1969. Código 100-3924	23
Imagem 2 - Documento pertencente ao livro n. 30.1. Plano Curricular datado de 1978. Código DSC07287.....	24
Imagem 3 - Documento pertencente ao livro n. 27. Lembrança dos 75 anos. Datado em 1976. Código 100_4075.....	25
Imagem 4 - Documento pertencente ao livro n. 30.1. Plano Curricular datado de 1978. Código DSC07289.....	26
Imagem 5 - Documento pertencente ao livro n. 18. Diário do Curso Normal e Primário do IEOB. Datado em 1963 A 1966. Código 100_4011.....	27
Imagem 6 - Documento pertencente ao livro s/n de capa vermelha. Relatório de Estágio. Administração Escolar. Datado em 1973. Código 100_4033.....	28
Imagem 7 e 8 - Documentos pertencentes ao livro s/n de capa vermelha. Relatório de Estágio. Administração Escolar. Datado em 1973. Respectivos códigos 100_4039 e 100_4040	29
Imagem 9 - Documento pertencente ao livro n.30. Plano Curricular. Datado em 1978. Código DSC07278	30
Imagem 10 - Documento pertencente ao livro n.20. Relatório datado em 1969. Código100-3964	31
Imagem 11 - Documento pertencente ao livro n.20. Relatório datado em 1969. Código100-3947	31

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Catalogação dos dados/registros	41
---	-----------

SUMÁRIO

1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA	11
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
2.1 Sobre a construção do percurso metodológico.....	15
2.2 Sobre a visualização das ferramentas de análise	17
3 DA ADMINISTRAÇÃO À GESTÃO ESCOLAR/DA DISCIPLINA À SEGURIDADE	19
3.1 Sobre as práticas de administração escolar e as ações de normalização disciplinar por ela operadas	21
3.2 A gestão educacional e a operação de estratégias de normalização biopolítica	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES	41

1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA

As problematizações que constituem o presente trabalho foram produzidas a partir de inquietações relativas a práticas escolares ofertadas ao sujeito surdo, que por sua vez nascem de minhas experiências acadêmicas e profissionais na área da educação especial. As experiências que permeiam a constituição deste trabalho foram vivenciadas em boa parte, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), durante minha formação acadêmica¹, a partir de quatro disciplinas obrigatórias que incluíam observações e estágio na área da educação de surdos. Destaco também a experiência como intérprete voluntária no Curso Pré-Vestibular Alternativa, da mesma universidade e a participação no curso particular de Libras, Mãos que Falam. Tais vivências me conduziram ao final da graduação a produzir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Para pensar de outros modos: lutas e conquistas na educação de surdos” a partir do qual me propus a pensar outros modos de constituição desses sujeitos, além da língua.

No ano de 2013, em que me formo na graduação, ingresso no Curso de Pós-graduação de Especialização em Gestão Educacional. Novas discussões e aprendizagens iniciam-se nesse período, relacionadas a políticas públicas, gestão educacional, neoliberalismo, programas educacionais de governo, entre outras. Nesse momento, minha pesquisa tinha como objetivo entender como a escola vinha gerenciando os direitos dos surdos, a partir das orientações legais dispostas no Decreto número 5.625, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002², previstas pelas políticas de inclusão escolar. No ano seguinte inicio meus estudos com professores e integrantes do grupo de pesquisa DEC³, que tomam os estudos de Michel Foucault como um dos principais embasamentos de suas investigações, e então passo a pensar o tema da inclusão como um imperativo do

¹ Refiro-me aqui a minha formação em Educação Especial pela UFSM, que ocorreu no período de 2009 à 2012.

² O Decreto 5.626 trata da inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação do professor e do instrutor de Libras, entre outras disposições que regulamenta a Lei 10.436 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. No caso da pesquisa, trata o Decreto mais especificamente do Capítulo VI em seu artigo 22, inciso II, sobre as escolas comuns da rede regular de ensino onde alunos surdos estariam incluídos.

³ Grupo de Pesquisa Diferença, Educação e Cultura.

Estado, produtor de processos de in/exclusão resultantes das relações de poder e saber, entre outros atravessamentos que são apresentados e discutidos no decorrer do texto, como as práticas de organização escolar em tempos de administração escolar e gestão. Dessa forma, meu problema de pesquisa vai sofrendo algumas alterações no objetivo, metodologia, mas ainda assim, continua relacionado à surdez, pois este tema sempre foi, e é, interessante e inquietante, uma vez que inserida no meio educacional e atuando com surdos, nos deparamos com problemas que fazem refletir sobre identidade, cultura surda, a inclusão do surdo nas classes regulares ou na escola especial longe da inclusão e, posteriormente, seu ingresso na educação superior.

Partindo destes novos (e sempre revistos) atravessamentos, onde são necessárias mudanças, tanto nos problemas quanto nos objetos de pesquisa, é necessário situar algumas ideias para então apresentar a nova pesquisa e justificá-la. Sendo assim, inicio nos estudos do pensamento de Foucault, refletindo sobre as práticas educacionais inclusivas.

Atualmente a perspectiva inclusiva permeia as práticas educacionais, que são, segundo Klein e Fabris (2013) desenvolvidas dentro de uma lógica de seguridade. Nessa lógica de seguridade interessa menos atentar ao corpo individual, e mais ao corpo populacional, para que todos os indivíduos da população conquistem condições seguras de vida em sociedade. Importa então que todos os indivíduos conquistem, pelas ações inclusivas, condições de participação e circulação social, e para tanto, as práticas que são postas em operação devem prever não apenas a correção de indivíduos, mas também a naturalização da presença desses indivíduos (alvos da correção) nos espaços sociais – normalização biopolítica – governando, portanto, a vida. Tal lógica encontra nas ações de governo⁴ disciplinar, uma de suas condições de possibilidade. Dito de outra forma, entendo, a partir dos estudos foucaultianos, que o governo disciplinar ao produzir condutas normais a serem seguidas, especialmente na escola, instituição por excelência para o exercício da disciplina, que acaba assumindo novas funções, como operar o adestramento/correção/naturalização do sujeito que será então alvo fácil das ações de governo biopolítico.

Ao localizar a escola como instituição que opera práticas de normalização,

⁴ Entendo por governo o ato de, a ação de governar, que é exercido por diferentes pessoas, a cada relação.

Varela e Alvarez-Uria (1992 *apud* MENEZES, 2011, p. 23) passam a nomeá-la como uma “maquinaria de normalização”, que encontrou na “definição de um estatuto da criança” uma de suas condições de emergência. Quando a infância passa a ser compreendida como uma etapa da vida a partir da qual as possibilidades de futuro dos sujeitos podem ser melhor moldadas, espaços de disciplinamento precisam ser inventados. Assim, com a invenção da escola, práticas de educação são institucionalizadas, tornadas obrigatórias e universais. Lá todas as crianças deveriam ser disciplinadas para a manutenção da ordem.

A instituição escolar é posicionada como local mais propício para aplicar modelos de condutas, ditos corretos, também aos alunos com deficiência assim como para “propagar” a outros espaços a instituição desses modelos. É nessa concepção, onde a diferença é um problema a ser corrigido, que operavam as práticas administrativas na escola. Segundo Martins (1999) a administração deve ser contextualizada de acordo com “condicionamentos de ordem política, econômica e social que, no caso da sociedade capitalista, verificam-se sob o modo de produção capitalista” (MARTINS, 1999, p.24) e, portanto, há uma sistematização do processo trabalho. Em âmbito escolar, sob este contexto apresentado, a administração escolar é composta por um conjunto de atividades que tem como objetivo “à unidade e à economia da ação, bem como ao progresso do empreendimento” (MARTINS, 1999, p. 34). Conforme o mesmo autor, citando o 1º Simpósio de Administração Escolar da FFLC USP, são “elementos da administração escolar: planejamento, organização, assistência à execução, avaliação dos resultados e relatório” (MARTINS, 1999, p. 34), diferenciando-se assim, da administração geral no quesito planejamento, substituído por “previsão”.

Sendo a administração escolar, um setor que exerce controle e poder de modo hierarquizado, há, portanto, um processo disciplinar, de vigilância, operando sobre os sujeitos inseridos nesse ambiente. A partir do final do século XX, com políticas que vinham implementar a abertura política do país e a gestão democrática dos processos sociais (quando surgem também as políticas de inclusão escolar), há um deslocamento das práticas disciplinares para práticas de seguridade (visando a normalização biopolítica dos sujeitos), onde percebe-se o deslocamento concomitante da forma de organização administrativa do trabalho na escola para a gestão escolar.

Portanto, tais práticas de normalização apresentam movimentos e deslocamentos em suas intenções e objetivos e, ainda hoje, na contemporaneidade,

constituem-se, agora na lógica de seguridade, como foco central da escola. Segundo essa lógica, o aluno diferente deve ter sua presença naturalizada na escola, apesar das práticas ainda centrarem-se na normalização do aluno. Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo analisar produções discursivas para compreender como aconteceram os deslocamentos das práticas de administração escolar, centradas na operação da normalização disciplinar, para as práticas de gestão escolar, centradas nas ações de normalização biopolítica, e como eles produziram efeitos na escolarização de surdos. As produções discursivas utilizadas para análise foram retiradas de registros, documentos que integram um acervo escolar, que apresentam relatos, fotografias, dados, enfim, sobre o início do trabalho realizado com alunos deficientes em algumas escolas regulares do município de Santa Maria.

A inquietação em saber sobre como foram constituídas as práticas de normalização dos sujeitos da educação especial em outros momentos educacionais, a partir da análise de discursos que produziram esses sujeitos, até chegar à produção do que são hoje, se faz necessário para compreender as práticas de condução desses sujeitos, operadas hoje pela Educação Especial na racionalidade inclusiva. Compreendendo que os deslocamentos nas práticas educacionais foram, de certa forma, concomitantes à mudança das práticas de administração para de gestão. Sendo assim, procuro analisar seus efeitos a partir dos registros coletados no acervo de um arquivo histórico de uma escola pública. Registros estes, que datados em outra época, nos dão condições para compreender o surgimento dos discursos atuais (LOPES, 2013).

Dessa forma, o presente trabalho segue apresentando o percurso percorrido na pesquisa, suas incertezas, os atravessamentos constantes dessa caminhada, as escolhas. Em seguida há uma contextualização sobre o que tratam as discussões realizadas na pesquisa, seguida das análises empreendidas sobre a materialidade da investigação. Por fim, são apresentadas as conclusões desta empreitada, que me fizeram chegar ao entendimento desses deslocamentos e seus efeitos na educação de surdos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Sobre a construção do percurso metodológico

Escolher o método mais apropriado para uma pesquisa não é algo fácil. Na medida em que vamos trilhando o percurso da investigação e vamos mudando nossos objetivos, o problema, o material de análise, etc. novas possibilidades de organização metodológica vão surgindo. Dessa forma, afirma Gatti (2007, p.11) “[...] Não há um modelo de pesquisa científica, como não há ‘o’ método científico para o desenvolvimento da pesquisa. [...]” e, portanto, acredito que depende mais do conhecimento prévio do pesquisador, de onde parte seu problema, suas dúvidas e inquietações, procurando assim investigar da maneira mais produtiva seu objeto de estudos a partir do(s) método(s) e instrumentos de pesquisa e análise que se mostram mais interessantes para o estudo proposto.

Considerando que a pesquisa é um campo “móvel”, pois depende de diversos fatores e não só do pesquisador para de fato acontecer, compreende-se que toda tomada imediata de decisões pode resultar na necessidade futura de mudança de método, afinal “[...] o método não é um roteiro fixo, é uma referência. Ele, de fato, é construído na prática, no exercício do ‘fazer a pesquisa’” (GATTI, 2007, p. 63). É a partir destes pensamentos que é apresentado o percurso metodológico percorrido durante a Especialização em Gestão Educacional que resultam na monografia produzida.

Inicialmente os dados da pesquisa seriam alcançados a partir de entrevistas semi-estruturadas em uma escola da rede estadual de ensino de Santa Maria, escola essa que durante muitos anos desenvolveu práticas significativas na educação de surdos. Porém, passado um semestre entre idas e vindas à escola, sem obter sucesso para uma simples entrega da Carta de Apresentação, e somado a essa dificuldade de contato com a escola, o fato de estar participando de novas discussões no grupo de pesquisa já anunciado, mostrou-se produtivo redefinir as intenções da pesquisa, a

materialidade do estudo, e portanto o local de coleta.

Assim, durante os encontros de orientação o estudo foi sendo conduzido para a intencionalidade de trabalhar com documentos a partir dos quais eu procuraria compreender os deslocamentos existentes entre as práticas de organização escolar e seus efeitos na educação de surdos. Para tanto localizamos como espaço de coleta um acervo exposto no museu de uma escola (também da rede estadual de ensino do município), que é aberto ao público em geral. Tal escola também mostrou-se interessada ao estudo uma vez que nela foram realizados cursos de formação de professores em educação de surdos em meados do século XX.

Dessa forma, foi necessária também uma reorganização de minha parte como investigadora. A pesquisa foi, portanto, realizada uma vez por semana na escola, em um único turno semanal, sendo que em algumas vezes foram necessários dois turnos para o levantamento de dados. Com a quantia significativa de materiais expostos no acervo, o levantamento foi realizado durante todo o primeiro semestre do ano de 2014, e a partir dele foi possível encontrar registros sobre os alunos deficientes, cursos especializados realizados nas escolas com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria, além de outros registros interessantes em um período histórico de aproximadamente cinquenta anos. Esses dados foram retirados de livros de registros variados, desde livros diários, relatórios e planos curriculares datados desde 1963. A fim de obtê-los para posterior análise, foi preciso trabalhar com muito cuidado, pois muitos registros eram feitos à mão e em folhas finas, constituindo-se como documentos frágeis. Utilizei uma câmera fotográfica como forma de registrar esses documentos e manuseá-los a qualquer momento. Ao passo que ia fotografando cada página que me interessava, anotava o código da foto e a qual livro ela pertencia, para saber localizá-la, se necessário, em algum outro momento. Assim, ao passar as fotos para o computador, separando-as por livros e estes por pastas, caso alguma fotografia não ficasse com uma boa resolução poderia retornar a encontrá-la facilmente. Assim, construí uma catalogação com o intuito de organizar os dados que foram obtidos a partir de fotos, utilizados ou não na pesquisa, conforme o apêndice A. A numeração contida nos livros, como se percebe na catalogação, será reformulada, segundo a pessoa responsável pelo acervo do museu da escola.

Como mencionado anteriormente, os registros obtidos dizem respeito aos alunos considerados deficientes da escola em questão. Nesse primeiro momento foi coletado aquilo relacionado à área da Educação Especial e à administração escolar,

porém devido a quantidade de dados obtidos, referentes à primeira área, ao tema e problema de pesquisa, após a catalogação foram selecionados e utilizados somente os dados que mencionavam alunos surdos, “deficientes da audição; deficientes da audição e da fala; áudio comunicação; surdo-mudo; surdo” e assim, foi sendo definida e constituída a materialidade analítica do estudo.

No quadro abaixo são apresentados os registros que fizeram parte da análise da pesquisa e foram classificados da seguinte forma:

Registros sobre a administração escolar	Registros sobre a produção de discursos a cerca do aluno surdo
Livro nº 20 – Relatório - ficha de atividades realizadas pelo professor	Livro nº27 – Inauguração do curso especializado em educação do deficiente da audição e fala - criação de curso
Livro nº 30.1 – Plano Curricular - divisão do trabalho	Livro nº 18 – Diário do curso normal e primário - normalização do sujeito surdo
Livro nº 30.1 – Plano Curricular - divisão do trabalho - integração para o mundo do trabalho - correção/normalização - disciplina para seguridade	
Livro sem nº - Relatório estágio - organização geral da escola	Livro sem nº - Relatório estágio - correção/reabilitação - disciplina para seguridade
	Livro nº 30 – Plano Curricular - seguridade
	Livro nº 20 – Relatório - seguridade
	Livro nº 20 – Relatório - seguridade

Tabela 1 – Registros utilizados para análise

2.2 Sobre a visualização das ferramentas de análise

Ao trabalhar nesse processo de identificação dos materiais que poderiam ou não ser produtivos para o estudo que eu estava propondo, foi possível perceber

enunciações que me indicaram as ferramentas analíticas que seriam utilizadas. Tais ferramentas são normalização, governo, disciplina e segurança. As discussões e análises foram realizadas através da aproximação com autores que produzem estudos a partir das teorizações de Michel Foucault, como Alfredo Veiga-Neto, Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Maura Corcini Lopes, Eliana Menezes, Eli Henn Fabris, entre outros.

Importa ressaltar que a partir das ferramentas analíticas anunciadas, foi realizado um levantamento no Banco de Teses da CAPES com o intuito de investigar que outras pesquisas têm sido produzidas na área e que podem servir de embasamento para a discussão que estou propondo. Foram encontradas cento e quarenta e cinco (145) teses e dissertações no total, das quais doze (12)⁵ se destacam por apresentar uma discussão que articula, de alguma forma, os conceitos de normalização e disciplina com as práticas produtoras dos sujeitos da educação especial. Tais estudos também serviram como alicerce teórico para o estudo, especialmente porque as problematizações por eles produzidas também apresentam inspiração nos estudos foucaultianos.

Ao finalizar a apresentação do processo de estruturação do percurso metodológico, encaminho o leitor para as discussões que constituem a parte analítica do estudo.

⁵ Título das teses e dissertações: A ordem do discurso na educação especial/2011. Os sentidos da inclusão de alunos com deficiência no discurso dos professores de educação física/2011. Dispositivos normalizadores da educação inclusiva: os enunciados dos conselhos de educação/2012. Discursos e efeitos: problematizando a temática das altas habilidades/superdotação sob as tramas da inclusão educacional/2012. A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva/2011. Inclusão na escola de surdos: estratégias de normalização dos sujeitos surdos down/2011. A in/exclusão escolar e o governo da conduta docente: um estudo a partir da revista nova escola/2012. O jogo discursivo da inclusão: práticas avaliativas de in/exclusão na matemática escolar/2012. O atendimento educacional especializado como uma tecnologia de governo: a condução das condutas docentes na escola inclusiva/2012. Práticas pedagógicas na saúde: o apoio matricial e a interconsulta integrando a saúde mental à saúde pública/2011. Estratégias de governo dos sujeitos surdos na e para a inclusão escolar em uma racionalidade neoliberal/2011. A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro/2012.

3 DA ADMINISTRAÇÃO À GESTÃO ESCOLAR/DA DISCIPLINA À SEGURIDADE

Nesse capítulo serão realizadas as análises dos registros escolares coletados em diálogo com os autores que dão suporte as temáticas discutidas, a fim de compreender as práticas discursivas que possibilitaram a emergência desse deslocamento nas práticas de organização escolar em concomitância aos efeitos das práticas disciplinares que deram lugar às práticas de seguridade na educação de surdos. Ou ainda, compreender o próprio deslocamento da administração para a gestão como também um efeito do deslocamento da disciplina para a seguridade.

O olhar destinado para a materialidade da pesquisa, cuja inspiração se dá a partir dos estudos foucaultianos, pressupõe que todo discurso produz práticas, sujeitos e verdades, e que esses discursos resultam de acontecimentos que lhes dão condições de possibilitar sua emergência. Assim, parece produtivo analisar os discursos, produzidos num contexto anterior ao atual, a fim de compreender como foram sendo produzidas práticas de normalização dos sujeitos da educação especial no contexto de seguridade, quando as ações de gestão escolar passam a ser operadas. Nessa lógica compreendemos que a análise das práticas de administração escolar nos dá condições de visualizar acontecimentos que possibilitaram seus deslocamentos para práticas de gestão escolar, operadas na contemporaneidade em concomitância com as políticas de inclusão escolar. Considerando tal forma de olhar a história, as ações inclusivas, segundo Lopes (2013), não surgem numa lógica evolutiva e sim de acontecimentos históricos que podem ser analisados de diferentes maneiras, por diversos campos. Segundo ela

[...] É condição para entender a sua emergência focar acontecimentos passados, buscando estabelecer, sempre de forma arriscada e perigosa, relações entre acontecimentos aparentemente desconexos, mas que são capazes de nos fazer entender aquilo que nos tornamos, aquilo pelo que lutamos e aquilo que acreditamos no presente [...] (LOPES, 2013, p.19)

No Brasil, as práticas de inclusão escolar podem ser compreendidas pelo menos a partir de dois momentos: anteriores aos anos 90, momento em que as relações de poder/saber instituíam de forma muito expressiva quem era o normal e

quem era anormal. E, a partir da década de 1990, quando políticas para implementação de uma escola inclusiva passaram a ser oficialmente e legalmente produzidas. Nesse segundo momento, as práticas de normalização postas em operação ganham uma ênfase não disciplinar (corretiva), mas sim biopolítica. Quando as ações postas em operação são voltadas para a população, mantendo níveis seguros de vida.

Na atualidade essas práticas ditas inclusivas ganham um caráter “imperativo” e passam a se constituir como uma estratégia de governmentação em busca da produção de sujeitos responsáveis por si, pelos outros e suas escolhas dentro de uma lógica neoliberal. Nesse contexto incluir significa ocupar-se de si e dos outros para que todos ocupem condições de circulação e permanência nos jogos de consumo e concorrência neoliberais. Tais enunciados dentro da lógica neoliberal podem ser percebidos nos documentos que norteiam a inclusão no Brasil, como a Declaração de Jontiem (1990) e Salamanca (1994), a Convenção da Guatemala (1999), a Política Nacional de Educação Especial (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entre outros, que denominam o público alvo da Educação Especial, pela categorização desses sujeitos, nomeados através da sua anormalidade, prevendo em sua educação ações de estímulo à acessibilidade, autonomia, participação.

Segundo Menezes

[...] para além da função de ensino de conteúdos e conhecimentos formais, materializados nos currículos escolares, interessa que a escola se constitua como um espaço de produção de subjetividades capazes de livre participação na vida em sociedade, tomando na Contemporaneidade, com matriz de inteligibilidade para o desenvolvimento de suas práticas, princípios neoliberais. Na análise das políticas, vejo em operação princípios de acessibilidade para a garantia da condição de acesso, sem restrições, à vida social; estímulo ao autoinvestimento e ao desenvolvimento de habilidades; e competência e autonomia como princípios necessários na constituição dos sujeitos capazes de concorrência (MENEZES, 2011, p.72).

A abertura política do Brasil, representada pela promulgação da atual Constituição Federal de 1988 pode ser visualizada como um efeito das ações de seguridade em uma lógica neoliberal. A partir desse documento discursos que defendem a necessidade de “muitos conduzirem muitos” (o que significa mais amplitude de governo por menos governo) passaram a ser facilmente visualizados em

diferentes esferas da sociedade. No contexto educacional e considerando as intenções do presente estudo, destacamos a emergência da gestão escolar, quando a “comunidade escolar” é chamada e responsabilizada pelas práticas escolares, e a emergência das políticas de inclusão escolar, quando a escola (e seus diferentes atores) são chamados e responsabilizados por aqueles considerados deficientes.

3.1 Sobre as práticas de administração escolar e as ações de normalização disciplinar por ela operadas

A Constituição Federal de 1988 ao apresentar a compreensão de gestão democrática de ensino (Artigo 206) constitui-se como documento orientador para a LDBEN 9.394/96, que agrega a gestão democrática à dimensão político pedagógico da escola, à flexibilização e à autonomia.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996)

Dessa forma, passamos de uma administração vertical, centralizadora, utilitarista, empresarial para uma nova forma de organização do processo democrático na escola – a gestão educacional. Essa forma de organização escolar, segundo Lück (2006, p. 35) reforçava

[...] padrões não de resultados e sim de formas de desempenho que desconsideram a necessidade de criatividade, iniciativa e discernimento em relação a dinâmicas interpessoais e sociais, envolvidos na realidade do processo educacional. Nesse contexto, o trabalho do diretor escolar constituía-se, sobretudo, em repassar informações, assim como controlar, supervisionar, “dirigir” o fazer escolar, em acordo com as normas estabelecidas pelo sistema de ensino.

Percebe-se, portanto, que o governo disciplinar operava ações de governo no contexto da administração escolar. O governo dos professores, neste caso, era exercido prioritariamente através da vigilância e do controle desempenhado pelo diretor, localizado naquela instituição, hierarquicamente e nas relações de poder e saber, como superior aos demais. Ele, por sua vez, mostrava-se governado/subjetivado pelo Estado, que determinava o que, como e quando as ações escolares deveriam acontecer.

Vários registros com o intuito de realizar um controle sobre as atividades realizadas pelos professores foram encontrados. Na *Ficha das atividades realizadas pelo professor* (imagem 1) há dados de identificação como: nome da escola, nome do professor, titulação, curso e série – neste caso uma *classe especial heterogênea de aluno hipoacúsicos*– e período.

Entre os outros itens que deveriam ser especificados na ficha: *I -1 – Especificar se os OBJETIVOS propostos em seu planejamento foram atingidos e se houve integração com os objetivos da Escola. Não há nenhuma resposta.* *2 – Relacionar ATIVIDADES mais significativas ocorridas em seu trabalho com os alunos. (excursões, seminários, exposições, visitas, projeções, palestras ou outras). O sublinhado está feito à mão, como se fosse a resposta.* *3 – Resultados obtidos na série: Nº de alunos: 5; Aproveitamento: bom.* *4 – Total de aulas: previstas para o semestre: 101. Total de aulas: realmente dadas no semestre: 97.* *II – 1 – ATIVIDADES DIVERSAS de que participou na Escola (atuação nos diversos órgãos, serviços, instituições, coordenação, orientação). Resposta: Reuniões especializadas.* *2 – Número de dias em que participou dessas atividades, no semestre. Resposta: Todos os sábados.* *3 – Atividades na Comunidade, através da escola: (Mencionar a colaboração do professor): Não há resposta. Data: 8.7.69. Assinatura do professor: Talita Maria Noal Schirmer. Visto do diretor.⁶*

O registro realizado pelos professores se fazia necessário para que o setor responsável pelo controle de atividades pudesse realizar uma avaliação para posteriormente poder implementar novos planos, novas ações, continuar com o que estava bom e excluir o que não havia dado certo, entre outras possibilidades.

⁶Em itálico está destacado o que está escrito no registro/documento escolar em itens, como no próprio registro e em negrito alguma observação minha.

Conforme Martins (1999), fazem parte do processo administrativo, a organização, o planejamento, o controle e a implementação, entre outros aspectos. Relativo ao controle, exercido nestas fichas, o autor afirma “[...] permite a avaliação de resultados relativos ao alcance dos objetivos de um plano” (MARTINS, 1999, p. 30).

Essa ficha constitui-se também como uma das formas de organização da escola, necessária a diversos setores, principalmente pelos que são responsáveis pelo controle, exercendo a vigilância. Sobre a organização, devido também às características de divisão do trabalho, o autor sinaliza que “[...] as tarefas vão se multiplicando e precisam, num primeiro momento, ser divididas entre pessoas e, num segundo momento, agrupadas em setores, divisões ou departamentos” (MARTINS, 1999, p. 30).

CURSO PRIMARIO

ANO : 1969

SEMESTRE : 2

FICHA DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROFESSOR

ESCOLA : Instituto de Educação "Olavo Bilac"

NOME DO PROFESSOR : Tálita Maria Noal Schurmer

TITULAÇÃO : Prof. P. Especial no 1º de Ensino

CURSO : 1º ano tipo A

SÉRIE : Classe Especial heterogênea de alunos PERÍODO : 1

1- Especificar se os OBJETIVOS propostos em seu planejamento foram atingidos e se houve integração com os objetivos da Escola.

2- Relacionar ATIVIDADES mais significativas ocorridas em seu trabalho com os alunos. (excursões, seminários, exposições, visitas, visitas, visitas, palestras ou outras).

Série

3- Resultados obtidos na série

Nº de alunos	5
Aproveitamento	130m

4- Total de aulas : previstas para o semestre : 101

Total de aulas : realmente dadas no semestre : 97

II- 1- ATIVIDADES DIVERSAS de que participou na Escola (situação nos diversos setores, serviços, instituições, coordenação, orientação).

2- Número de dias em que participou dessas atividades, no semestre : Reuniões Especializadas

3- Atividades na comunidade, através da Escola : (Mencionar a participação do professor).

Data : 8.7.69

Assinatura do professor : Tálita Maria Noal Schurmer

Visto do Diretor :

Imagem1 - Documento pertencente ao livro n. 20. Relatório datado de 1969. Código 100-3924.

Da mesma forma, nessa maneira de organização disciplinar das práticas foram encontrados registros que apresentavam essa separação, setorização dos diferentes papéis dos sujeitos que atuavam na área da educação.

Percebe-se na imagem 2 a divisão do trabalho na escola pesquisada, onde

cada professor que trabalha num mesmo setor *Núcleo Técnico-Pedagógico e Assistencial*, numa função específica e com *Atribuições Básicas*, realiza um trabalho/função diferente. A especificação das atribuições de cada uma dessas pessoas proporcionaria um controle maior das atividades, o que poderia resultar em maior eficiência nas ações desempenhadas. Tudo isso, no entanto, sob um alto exercício de vigilância.

SETOR OU SERVIÇO	ESPECIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES BÁSICAS
NÚCLEO TÉCNICO-PEDAGÓGICO E ASSISTENCIAL		Eva Guacira Lopes da Silveira Hélida Germani Fraga Clecy Denardin Zelma Santos Borges	Estudo de Currículo e Adaptações Coordenadora Ensino Religioso Coordenadora das Classes Especiais Coordenadora das Atividades Sócio-Culturais
	Substituição Eventual	Ana Maria Vargas Lorenzoni Inês Bortolotto Almeida	Criar, manter e desenvolver atividades auxiliares de ordem didática Substituta eventual- 1ª a 3ª séries-Igrau Substituta eventual-Olavinha tarde
	Biblioteca	Jurena Peixoto Abelin Djanira dos Santos Cassalles Ivone de O Corrêa	Coord. Geral da Biblioteca-Manhã Aux. Biblioteca- Tarde Aux. Biblioteca- Noite
	Audiovisual	Lígia Valle Salgado Josepha Mallmann Pereira Iolanda Gonçalves Ramos	Coord. Audiovisual- Tarde Aux. Audiovisual- Manhã Aux. Audiovisual- Noite
	Clínica de Leitura	Valderez Scarroni Souza Dra. Éllia Zimmermann Dalila Neal Marly de Souza Lang Dagmar Zandonai Spessato Maria Inolda de Faria Louca	Coord. Clínica de Leitura-Fonoaudióloga Assistência Médica-Clínica de Leitura Avaliação Psicológica- Clínica de Leitura Reeducadora- Clínica de Leitura Reeducadora- Clínica de Leitura Reeducadora- Clínica de Leitura

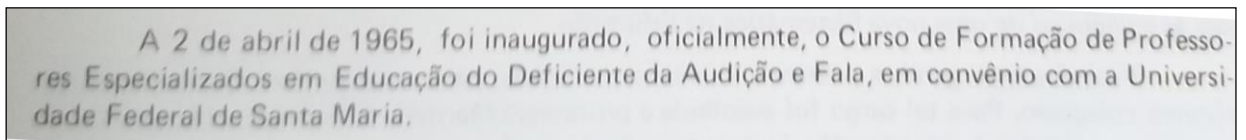
ACERVO HISTÓRICO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "OLAVO BILAC"

Imagem 2 - Documento pertencente ao livro n. 30.1. Plano Curricular datado de 1978. Código DSC07287.

Nos anos de 1970, com a reestruturação capitalista, o Taylorismo/Fordismo foi assumido como a melhor forma de organização do trabalho, a partir da qual o trabalho era dividido, setorizado e cada trabalhador ficava responsável por uma fase de produção. Essa fase pode ser comparada ao sistema de administração escolar conhecida como administração diretiva, onde o chefe, como nas fábricas, é o diretor e a ele cabem as decisões e a divisão de funções que resultam em uma padronização de comportamentos.

Neste mesmo período, com o início do ingresso de alunos com deficiência em algumas escolas de Santa Maria (nas classes especiais), como a que foi realizada a

pesquisa, iniciam os cursos especializados de curta duração (Imagem 3), assim como as classes especiais. Justifica-se, portanto, a integração e a criação desses cursos especializados para os sujeitos produzidos como anormais, com o objetivo de disciplinar e docilizar os corpos (tornando-os mais acessíveis as ações de governo) que por muito tempo eram invisíveis a sociedade, como um anúncio dos investimentos em termos de governo na lógica da segurança.



A 2 de abril de 1965, foi inaugurado, oficialmente, o Curso de Formação de Professores Especializados em Educação do Deficiente da Audição e Fala, em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria.

Imagem 3 - Documento pertencente ao livro n. 27. Lembrança dos 75 anos. Datado em 1976. Código 100_4075.

Esse movimento chamado de “integração”, do sujeito deficiente na classe especial, pode ser considerado uma estratégia de captura do indivíduo em busca da sua normalização através do investimento da disciplina. Nesse espaço de são inseridos aqueles que necessitam de um investimento maior das ações de correção, tomando como princípio norteador a norma já estabelecida.

Na imagem 4 ainda é apresentada a divisão do trabalho, porém de forma em que cada setor ou serviço se organize a partir de suas necessidades, objetivos, períodos de execução, atividades e custos, no caso aqui da classe especial.

Além de administrar os setores por meio de objetivos a serem alcançados e seu período de alcance, entre outros fatores, se percebe a administração da própria forma de ser do aluno surdo que deve aprimorar a linguagem oral, meio pelo qual ele estará apto a progredir nas fases escolares; *para que possa ser integrado na sociedade de ouvintes*. Aqui vemos o poder sendo exercido sobre o corpo anormal, a partir de discursos que produzem o que é ser normal e aceitável.

Ainda nessa imagem, as ações que indicam como necessidade *integrar o deficiente de audio-comunicação na sociedade de ouvintes para viva, seja compreendido e torne-se feliz, útil e ajustado*, acabam definindo-o como “[...] incapazes de racionalidade e autocondução” (LOPES, 2013, p. 35), e portanto “[...] deveriam ser apresentadas as razões para viver civilizadamente, ou seja, pela razão

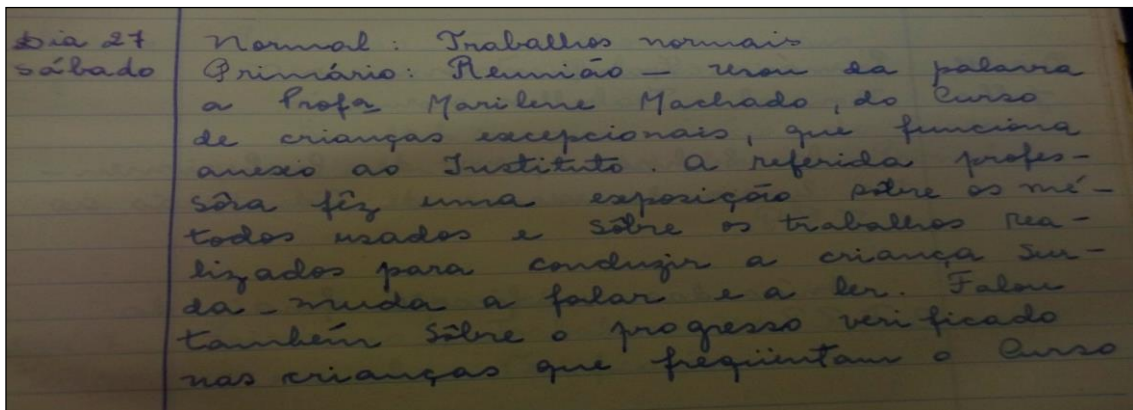


Imagem 5 - Documento pertencente ao livro n. 18. Diário do Curso Normal e Primário do IEOB. Datado em 1963 a 1966. Código 100_4011.

Por sua vez, a conquista dessas habilidades só seria possível se o sujeito se submetesse à disciplina, por meio da regulação e do controle do seu corpo. Nas “aulas de correção da fala”, “treinamento auditivo” e “desenvolvimento sensorial” percebe-se que as estratégias desenvolvidas pelos professores, influenciadas pela medicina social entre outros saberes, previam a reabilitação/recuperação desse sujeito surdo (imagem 6), que é produzido, através dos discursos, como um sujeito anormal, que através de práticas disciplinares deve ser conduzido àquilo que é “correto”, à ouvir, à fala e à leitura oral (imagem 5). Essa aliança entre saberes pedagógicos e saberes clínicos também pode ser localizada como um anúncio da mudança de ênfase nos investimentos e intencionalidades nas ações de Governo. Do controle e da regulação do indivíduo para a vigilância e a manutenção da seguridade da população. Importa ressaltar que quando percebo que há uma mudança de ênfase não estou afirmando que o controle do indivíduo deixa de ser operacionalizado nas práticas escolares, mas sim que ele passa a ser operado não como um fim em si mesmo, mas como uma estratégia de seguridade.

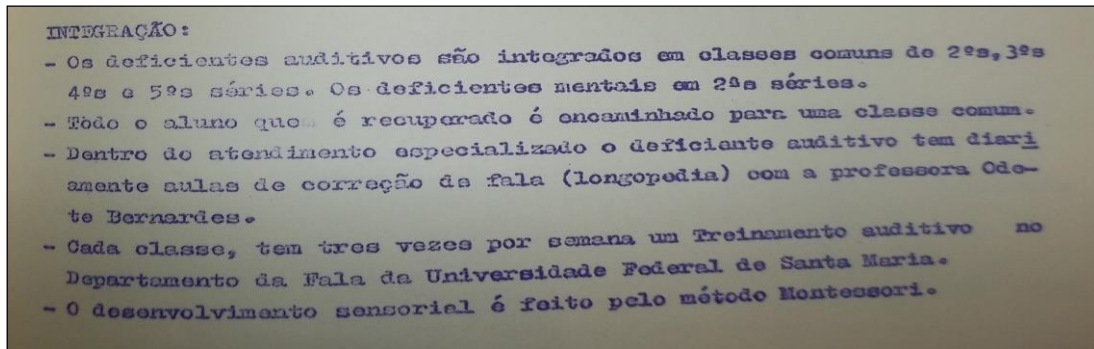


Imagem 6 - Documento pertencente ao livro s/n de capa vermelha. Relatório de Estágio. Administração Escolar. Datado em 1973. Código 100_4033.

Nas imagens 7 e 8, percebe-se a ideia da organização geral da escola. Neste organograma o diretor exerce o papel central na escola e recebe apoio do círculo de pais e mestres e do conselho de direção – formado por comissões técnicas de pedagogos e administradores, e assim seguem outros setores. Este modelo nos mostra o quão hierárquico e central é o poder, neste caso do diretor, pois ele está no centro de todo processo. Porém, apesar desse período ser marcado pela lógica da administração vertical (e da ênfase nas ações disciplinares), pode-se perceber que já existia uma preocupação com a seguridade da população, como nos apresenta a próxima imagem.

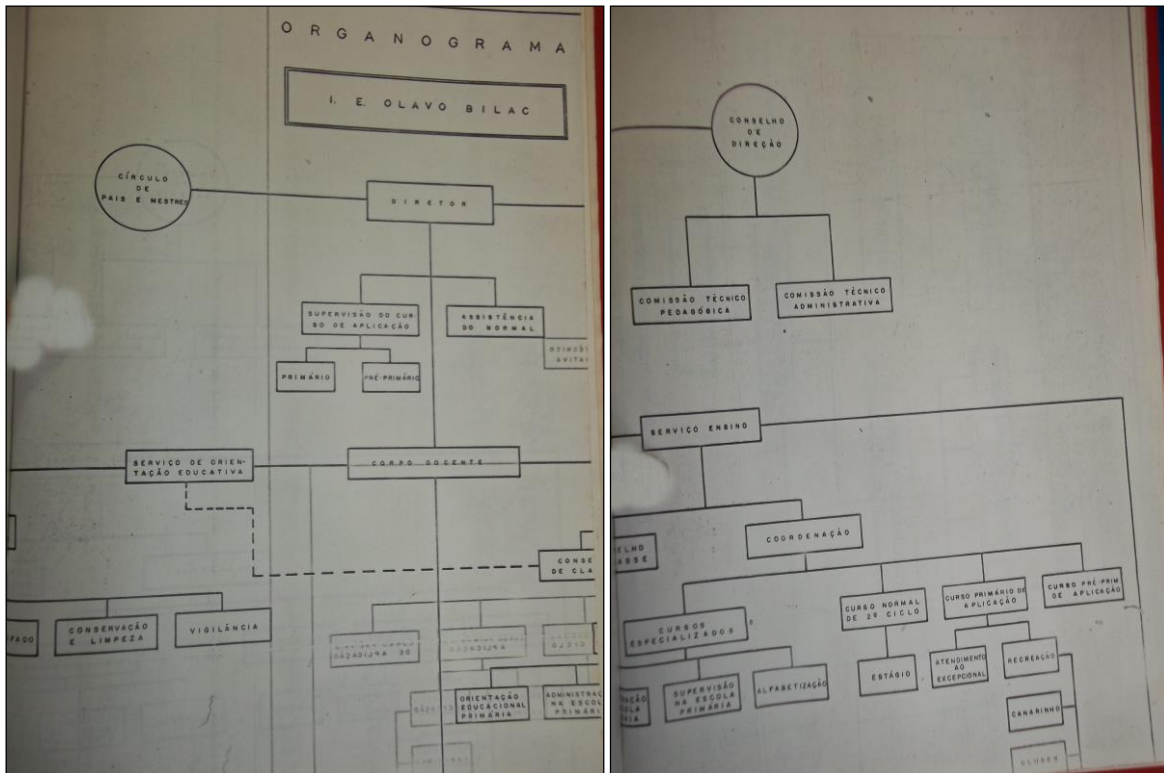


Imagem 7 e 8 - Documentos pertencentes ao livro s/n de capa vermelha. Relatório de Estágio. Administração Escolar. Datado em 1973. Respetivos códigos 100_4039 e 100_4040.

Essa preocupação inicialmente acontece com a saúde, em relação à correção dos alunos quando trata do *atendimento e tratamento no Banco de Ouvidos e Clínica de Olhos* (imagem 9). O incentivo as *campanhas beneficentes* para merenda, para comprar um vibra-som e de *promoção da saúde* para os tratamentos e vacinas, apresentam cunho social e tendem a envolver toda a comunidade escolar, subjetivando não só os atores escolares, mas também os atores que atuam fora da escola, convocando-os a se ocuparem do outro, assegurando-lhe melhores condições de vida, atuando assim, através de ações biopolíticas sobre a população.

<p>6.4 -Assistência ao Educando</p>	<p>-Encaminhamento de alunos carentes para atendimento e tratamento no Banco de Ouvidos e Clínica de Olhos. -Encaminhamento para proporcionar cirurgia de ouvido e de olhos. -Arrecadação de brinquedos e jogos educativos com a finalidade ludoterapia para uso na clínica de leitura a classe de deficiente. -Coordenação da campanha para a aquisição de vibra-son coletivo. -Incentivar campanhas beneficentes, promovendo a participação ativa de professores e alunos. -Campanhas que promovam a saúde. -Aquisição de material para a cozinha inclusive um refrigerador.</p>	<p>-Proporcionar aos alunos comprovadamente carentes, condições necessárias para melhor realização de suas atividades escolares. -Orientar a parte nutricional da merenda escolar e suprir as necessidades para melhor atendimento ao aluno.</p>	<p>-Março a Dezembro -No decorrer do ano.</p>	<p>-Estudos de casos -Sessões coletivas semanais para as Turmas de 1ª e 2ª grau. -Palestras. -Participação nas atividades sociais, esportivas, culturais da escola. -Reuniões com os pais. -Entrevistas. -Entrevista com os pais. -Participação na reunião de professores. -Campanhas beneficentes -Reiniciação aquisição de vibra-son. -Campanhas: Incentivo aos alunos não carentes para contribuírem com generos para a merenda.</p>	<p>C.P.M Pais Professores Comunidade Escolar e Instituições da comunidade. Cr\$ 52.000, ONAE SEC</p>
---	--	---	---	---	---

Imagem 9 - Documento pertencente ao livro n.30. Plano Curricular. Datado em 1978. Código DSC07278.

Da mesma forma, na imagem 10, que apresenta o relatório feito pela coordenação do Curso de Formação de Professores Especializados na Educação do Deficiente da Audição e da Fala, mais especificamente no item IV – *Objetivos da escola para 1970*, fica explícito o objetivo de cunho social que a escola tem com os alunos e o objetivo de estabelecimento de alianças com a comunidade, fazendo com que ela se conscientize, se solidarize com o *problema do excepcional*, preocupando-se e ocupando-se do outro.

Como o próprio documento sinaliza, eram convidados a participar pessoas ilustres, com um papel importante na sociedade naquela época. Parece que, ao conduzir o pensamento e a ação desses sujeitos, ditos importantes, em relação à responsabilização da sociedade, tal responsabilidade fazer-se-ia propagar com mais poder para demais setores da sociedade, tornando-se assim, uma verdade a ser assumida por todos.

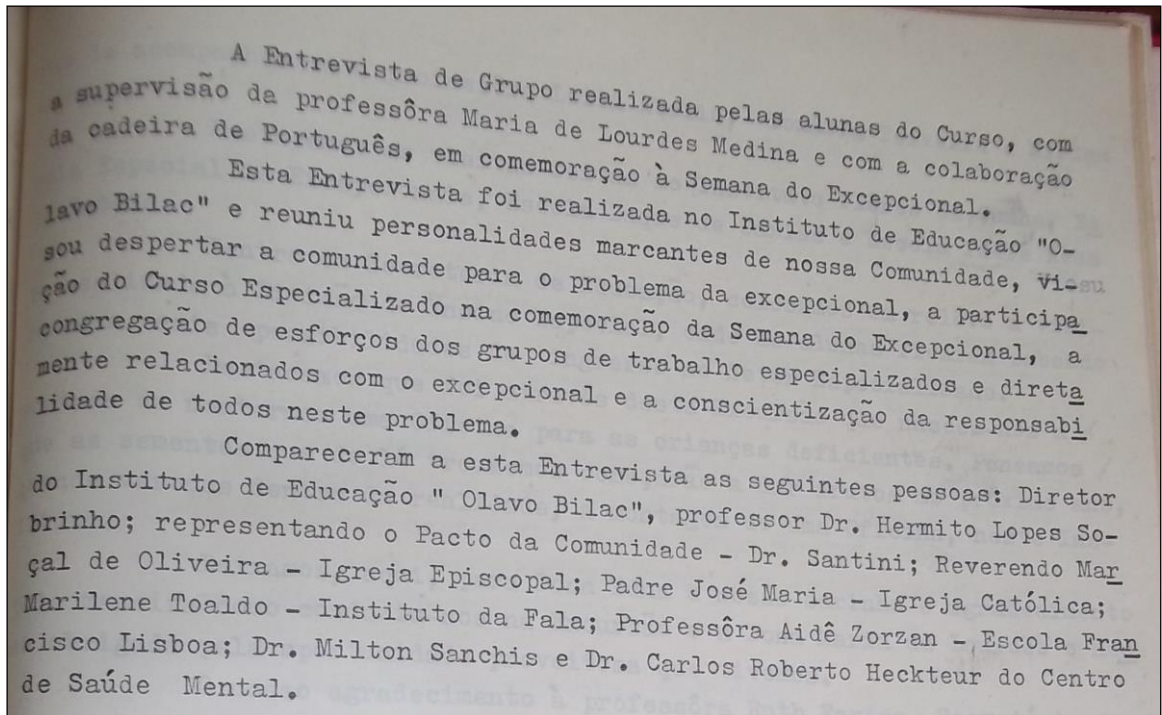


Imagem 10 - Documento pertencente ao livro n.20. Relatório datado em 1969. Código100-3964.

Reforçando esse argumento, a imagem 11 nos apresenta novamente essa relação que se inicia na administração educacional, onde há uma preocupação com a saúde dos alunos. Essa imagem faz parte do Curso Primário Especializado Deficientes da Audição. Esse documento trata da Unidade Básica da escola, assim como os objetivos, a Área Administrativa que apresenta sucintamente tudo o que foi desenvolvido pelas professoras especializadas nas classes especiais de deficientes da audição e a Orientação Individual, parte a qual se destina a imagem.

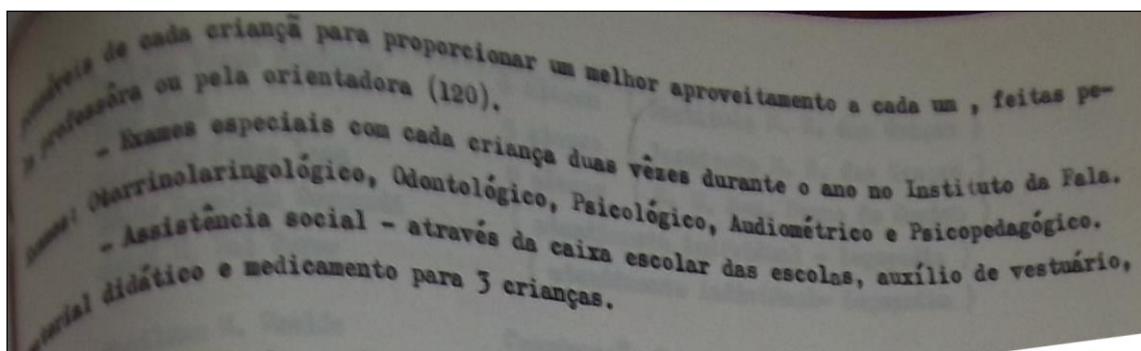


Imagem 11 - Documento pertencente ao livro n.20. Relatório datado em 1969. Código100-3947.

Percebe-se aqui, que eram realizados diversos exames, duas vezes ao ano no Instituto da Fala, assim como era prestada a assistência social ao educando, com diversos auxílios. Esses investimentos em ações sociais e de saúde denotam as alianças entre Estado e escola tendo em vista a necessidade da operação de práticas de seguridade da população que fossem eficazes e abrangentes. Tais investimentos na atualidade podem ser lidos como condição de possibilidade para o alargamento do Estado com relação as ações de seguridade (hoje presentes em toda e qualquer prática discursiva produzida pelo Governo), materializadas na escola contemporânea pelas ações de gestão educacional.

3.2 A gestão educacional e a operação de estratégias de normalização biopolítica

Conforme já foi anunciado, a abertura política do Brasil nas últimas décadas do século XX pode ser visualizada como um efeito das ações de seguridade em uma lógica neoliberal. Tal lógica pressupõe a instauração de um estado permanente de governo de uns sobre os outros e do sujeito sobre si mesmo, com o objetivo de produção de subjetividades adaptáveis a um modo de vida gestado pela lógica do mercado e da concorrência.

Nesse modo de vida faz-se necessário que o Estado assuma alianças produtivas, que resultariam em economia política, ou seja, resultariam em ações de mais governo com um dispêndio menor de governo. Nessa lógica é que entendo ser possível localizar a emergência dos discursos que instituem a gestão democrática da escola como um novo princípio de condução das práticas educacionais. Nessa gestão democrática a comunidade escolar ganha autonomia e passa a ser responsabilizada por aquilo que ocorre no interior das práticas escolares.

Em meio a esse contexto de responsabilização de todos é que se encontram as condições para a produção de discursos sobre as políticas de inclusão escolar, afinal, nessa escola gestada pela comunidade escolar, todos e cada um deveriam

agora ocupar-se dos alunos com deficiências, tornando-os também úteis para as intenções e objetivos da racionalidade neoliberal.

A produção discursiva sobre inclusão escolar tem operado práticas de governo dos sujeitos da educação especial na contemporaneidade, através do estabelecimento de verdades produzidas por diversas esferas (midiáticas, acadêmicas, políticas, etc.), e cujo resultado objetiva-se que seja a normalização do sujeito dito incluído. Sob esse aspecto Lunardi (2003) afirma ser a inclusão uma prática de governo “[...] que não é só dos outros, mas *governamentode si*. Ou seja, a inclusão não controla somente a população, o próprio excluído/incluído autogoverna-se” (LUNARDI, 2003, p.150).

Operando nessa lógica de governo pelas ações inclusivas, dá-se um deslocamento das práticas disciplinares/corretivas realizadas em uma compreensão de administração escolar, para as práticas de seguridade, realizadas a partir de uma racionalidade neoliberal, que encontra na compreensão de gestão escolar condições para que se faça a correção não só do sujeito, mas do seu contexto, governando os processos de educação e a população como um todo, para que o indivíduo tenha condições de auto-regulação a fim de tornar-se um sujeito produtivo para a sociedade, constituindo-se também como responsável pela condução das demais pessoas.

Dessa forma, na contemporaneidade as escolas trabalham produzindo sujeitos que possam ser produtivos para a sociedade, que consumam e possam fazer escolhas boas para a sociedade como um todo. A gestão, por sua vez, deve se comprometer em exercer o controle necessário sobre as práticas que estão sendo desenvolvidas, sendo a responsável pela recondução de suas ações caso as mesmas não estejam se mostrando tão produtivas quanto necessário para a manutenção de um estado de seguridade.

Importa destacar aqui que os discursos inclusivos buscam capturar a todos os sujeitos e não apenas os deficientes. Para isso o Estado cria estratégias para manter a escola na condução das condutas, criando uma ilusão de autonomia que deve ser (bem) administrada por todos. Ao subjetivar-se pela ideia de que há múltiplas opções e condições de escolha, o sujeito esquece de ater-se ao fato de que não se pode fazer qualquer escolha, uma vez que os resultados serão cobrados em algum momento. Uma das formas de regular tais escolhas é a instituição de programas de Governo⁷,

⁷É possível citar aqui o Mais Educação, o PNAIC, o Educar na Diversidade, o Escola para todos, entre outros. Todos descritos no site do Ministério da Educação/SECADI.

com objetivos distintos mas incidindo diretamente sobre as práticas escolares e os resultados dessas.

Assim, a escola passa a assumir a responsabilidade de fazer funcionar tais programas, obtendo melhores resultados, na maioria das vezes numéricos e classificatórios, na qualidade da educação e, muitas vezes, instigando a competição entre as escolas e entre os sujeitos que nelas atuam. Nessa esteira, compete à gestão escolar a estruturação e organização de seu projeto pedagógico que deve ser “construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (VEIGA, 1998, p. 11-35). Desde a equipe diretiva até o funcionário e comunidade escolar responsabilizam-se pela sua realização prática, a partir dos princípios orientadores instituídos pelo Estado. Percebe-se aqui, a aliança de práticas disciplinares e biopolíticas na condução das escolas e seus membros, na contemporaneidade.

Na Contemporaneidade a disseminação social das responsabilidades sobre as práticas e os sujeitos escolares, antes localizadas apenas no Estado, acabam por operar ações de seguridade, através da instituição de estratégias biopolíticas. Ao analisar o agenciamento entre Estado e escola no atual contexto social, político, histórico e econômico, Menezes afirma,

[...] entendo que o agenciamento entre escola e Estado busca a produção de subjetividades que se constituam como capazes de participação nessa sociedade, cujas noções de tempo e espaço se ampliam, cujas certezas ora instituídas pela Modernidade se mostram frágeis, cujas fronteiras e classificações antes bem delimitadas passam a ser eclipsadas, cuja possibilidade de planejamento no presente de uma vida segura no futuro se mostra em muito fragilizada, etc. Sociedade essa gestada pelo mercado a partir de uma racionalidade governamental neoliberal (MENEZES, 2011, p.44).

O sistema Toyotista, de tendência neoliberalista, que “procurou desenvolver a ‘desespecialização’ com vistas a maior produtividade e ao consumo, ao exigir de todos os trabalhadores a polivalência, desautorizou o poder de negociação detido pelos mais qualificados, obtendo por essa via o aumento do controle e a intensificação do trabalho” (KUENZER, 2001, p.77). Este sistema visava que, aquele operário que antes sabia e conduzia apenas uma parte do processo de produção (taylorismo/fordismo) se apoderasse de todo processo de produção, produzindo, portanto, o aumento de

conhecimento desse operário sobre todo processo, assim não seriam necessários vários funcionários especializados em setores específicos.

Esta fase pode ser comparada em partes à fase de gestão educacional, e quando, na contemporaneidade, responsabilizam-se todos pela educação, quando o poder é constituído na gestão participativa – quando há autonomia da escola, desde que ela responsabilize-se pelos seus próprios resultados – e quando há descentralização das relações de poder e saber – da figura do diretor como o detentor para o coletivo como responsável.

É na gestão educacional que se assumem responsabilidades, antes do Estado – como se preocupar com o social e a economia. Portanto aqui, cabe a normalização dos sujeitos surdos centrada, não na sua correção, mas no gerenciamento dos processos de ensino e aprendizagem desse aluno, tornando essa normalização algo natural na sociedade contemporânea.

No cenário da gestão democrática de seguridade, onde as práticas de normalização visam regular e controlar a população, Lopes (2013) afirma

[...] entre as tarefas a serem desenvolvidas a partir de programas de inclusão e de assistência social e educacional estão: a) possibilitar a participação de todos a partir da distribuição de renda mínima e diminuição da miséria; b) educar a todos para viverem a diversidade/diferença a ponto de naturalizá-la; c) subjetivar os indivíduos para que estes se sintam coparceiros do Estado e este do Mercado, para promoverem a inclusão social; d) educar os indivíduos para que estes tenham autonomia suficiente para se autoempreenderem; e) investir na ampliação dos espaços de circulação e de consumo; f) investir nas condições de garantia de fluxos de processos educacionais e econômicos; g) implantar no Estado e no sistema educacional a noção de *Educação inclusiva*, onde todos devem dividir responsabilidades de educar a todos, para além da escola; h) investir na educação inclusiva a partir dos indivíduos, ou seja, do constante envolvimento destes em rituais capazes de os manterem sensibilizados para a inclusão; i) investir cada vez mais no *governo eletrônico*¹² da população, etc. Enfim, cada um deve ter para si a inclusão como uma verdade que se impõe como forma de vida com o outro (LOPES, 2013, 72)

Dessa forma, como já mencionado anteriormente, a escola não consegue escapar da lógica imperativa de inclusão, e resumindo-se assim, o deslocamento das práticas como

[...] partimos da exclusão daqueles que tinham a sua essência ignorada pelo Estado para a busca de inclusão (estatística) de todos, da reclusão por confinamento – dos criminosos, das pessoas com deficiência em asilos e escolas especiais, dos doentes contagiosos, etc. – para reclusão temporária para reeducação e inclusão (LOPES, 2013, p. 73).

Coloca-se assim, à vista todas as minorias marginalizadas para serem alvos de práticas de disciplinamento e normalização que visem um estado de seguridade. A necessidade de governar os sujeitos com deficiência e os demais, mantêm uma a sua circulação exercendo uma política da vida, portanto, regulando-a. Nessa lógica, o Estado passa a agir sobre eles não só na esfera da saúde, alimentação, higiene, mas também na esfera educacional dentro do sistema regular de ensino. Nesse contexto educacional as estratégias desenvolvidas vão desde a flexibilização do currículo, das avaliações, do tempo das aprendizagens, dos processos de sensibilização dos demais sujeitos com relação aos benefícios da convivência com “a” diferença/deficiência, além é claro, das ações de correção do aluno considerado anormal.

Referindo-se à educação de surdos, as estratégias acima anunciadas, como normalizadoras, reguladoras, disciplinares, enfim, devem resultar na naturalização de sua presença na escola (e na sociedade), e assim entendo ser possível concluir, a partir das análises empreendidas nos registros escolares do último século, que em meio à produção de práticas discursivas operadas na lógica da disciplina, quando as práticas escolares eram instituídas pela administração escolar, já existiam acontecimentos que foram aos poucos possibilitando a emergência das práticas operadas na lógica de seguridade, quando a escola deixa de ser administrada para ser gestada coletiva e democraticamente.

E assim, ao propor uma problematização sobre os efeitos desse deslocamento na educação de surdos fica visível que de uma ação centrada na normalização/correção e na produção de sujeitos surdos capazes de desenvolver a audição e a fala, passamos na contemporaneidade a produzir ações de normalização desse sujeito através da criação de condições de naturalização de sua presença no espaço escolar. Tais condições passam principalmente pela oficialização da língua de sinais e da previsão legal da figura do intérprete na sala de aula, e da “norma”, hoje, em ser usuário de Libras. o que não necessariamente pode garantir a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos como atuantes na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões tecidas sobre a administração escolar, num contexto de disciplina e normalização em relação aos alunos surdos, e sobre a gestão escolar, num contexto de normalização/naturalização da deficiência para a manutenção da seguridade da população, foi possível compreender que esse deslocamento encontra no modo de vida neoliberal sua matriz de inteligibilidade.

Os efeitos deste deslocamento se percebem nas discussões e análises realizadas a partir da materialidade escolhida. Na administração escolar percebe-se o interesse em “cuidar” daquele aluno, a fim de corrigi-lo e normalizá-lo em busca de um padrão considerado mais ideal. Tais práticas de correção do sujeito surdo eram realizadas, principalmente, a partir dos saberes clínicos, através de métodos de correção da fala, pela utilização de técnicas de leituras. Essas práticas estavam ligadas a uma concepção de escola organizada de maneira hierárquica, autoritária, onde as funções eram divididas de forma que cada um cuidasse do seu trabalho e controladas de forma rigorosa, o que exigia do Governo um investimento constante e permanente.

A percepção de que se fazia preciso manter o controle exercido pelo Governo através da operação de uma economia nas forças empregadas resultou na produção de discursos que passaram a convocar a sociedade a se responsabilizar pelas práticas que eram desenvolvidas e pelos sujeitos que essas práticas produziam. Temos então a reconfiguração da escola, que vai abrindo espaço para uma nova forma de organização de suas práticas, onde haja mais cooperação e engajamento de todos que com ela estão, direta ou indiretamente, envolvidos.

Passa-se então a falar em uma escola que é gestada de forma democrática pela comunidade escolar e que precisa aprender a gestar (entre outras questões) a presença do aluno deficiente matriculado em suas turmas regulares. Nesse novo (e atual) contexto, apesar da escola ainda normalizar, ela não vê suas práticas dessa forma, pois já naturalizou esse processo, assim como procura naturalizar a própria presença do aluno surdo em seus espaços.

Essa gestão da escola que pressupõe a colaboração de todos deve resultar no engajamento de mais pessoas em relação às necessidades dos sujeitos surdos,

produzindo por sua vez efeitos em termos de seguridade. Quando o outro ocupa-se do sujeito surdo para que ele possa ocupar-se de si, também há a produção de sujeitos capazes de se constituir como úteis ao desenvolvimento da sociedade e, que por isso não se constituem como perigos à condução do Estado.

Com a intensificação desse modo de vida neoliberal no contexto contemporâneo, os alunos com ou sem deficiência que ingressam na escola estão automaticamente inseridos na lógica de mercado. As escolas preparam seus alunos para que possam participar, circular, consumir e produzir, trabalhando sua autonomia, criatividade, capacidade empreendedora, entre outras características.

Com relação à educação dos sujeitos surdos, ainda que muitas estratégias de naturalização de sua presença no contexto da escola regular tenham sido produzidas pelo Estado (oficialização da LIBRAS como língua nacional, regulamentação da presença do intérprete na sala de aula, abertura de cursos de formação de professores em língua de sinais, entre outros) há ainda um aparente movimento de resistência à inclusão sendo operado, que faz com que esses alunos permaneçam na escola especial em muitas cidades.

Parece inegável, no entanto, que os efeitos em termos de seguridade de tais estratégias sejam visíveis, afinal não há como negar que a inclusão desses sujeitos está cada vez mais fortalecida na sociedade. No contexto do município de Santa Maria, grande parte dos alunos surdos tem ingressado na Universidade Federal de Santa Maria. Esta instituição tem oferecido cotas nas relações de vagas dos cursos oferecidos, e assim ocupa-se desses indivíduos, passando a colaborar na manutenção de um estado de seguridade da população surda. Ao ingressarem no ensino superior tais sujeitos iniciam o preparo para ingressar no mundo do trabalho, tornando-se úteis para a sociedade, e diminuindo assim, seu risco social. Tais aspectos denotam práticas de normalização que deverão ser realizadas para que sua inclusão aconteça.

Portanto, ao concluir o presente estudo passo a compreender que o que move o deslocamento das ações de normalização disciplinar, operadas em um contexto de administração escolar para as práticas de normalização biopolíticas, operadas no contexto de gestão escolar são as relações de mercado gestadas a partir de um modo de vida neoliberal que, seja dentro da escola ou fora dela, promovem a segurança da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Guatemala** - Convenção da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 24.05.2014.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 out 2014.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. **Declaração de Jontiem** – Declaração Mundial de Educação para Todos. Jontiem: Tailândia, 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 24 maio 2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília: SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.

BRASIL. **Decreto 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014

CAPES. **Banco de teses**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/?login-url-success=/capesdw/#>>. Acesso em: 24 maio 2014.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Editora, 2007.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, M. C. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LUNARDI, M. L. **A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial**. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MENEZES, E.da C. P. de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MARTINS, J. do P. **Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. São Paulo: Atlas, 1999.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998, p. 11-35.

WELLER, W.; PFAFF, N. Pesquisa qualitativa em educação: origens e desenvolvimentos. In: _____ (Org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, cap. 1, p. 12-28.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Catalogação dos dados/registros:

Livro nº 18 – “Diário do curso normal e primário do IEOB” – de 1963 a 1966	
Código da foto	Descrição
Sem foto	Dia 16 de novembro de 1963:[...] Em seguida a prof. Docelina Retomal historiou a criação do Instituto e do Curso de Especialização.
100 - 4010	Dia 25 de abril - Elaboração de um programa de moral, civismo e social. p.16
100 - 4011	Dia 27 de junho (sábado) – [...]prof fez uma exposição sobre os métodos usados e sobre os trabalhos realizados para conduzir a criança surda-muda a falar e a ler...”
100 - 4012	Dia 22 de agosto – [...] e) pedido de revistas usadas para curso crianças excepcionais [...] verso da p. 29
100 - 4013/14	Dia 02 de abril - inauguração oficial do curso de Formação de Professores Especializados em Educação de Surdos [...] p.48
100 - 4015	Dia 26.10.65 (terça-feira) – Reunião p. 60
100 - 4016	Dia 11 de novembro (quinta-feira) – palestra p. 62
100 - 4018	Dia 07 de dezembro (terça-feira) – reunião p. 64
100 - 4019	Dia 07.01.1966 (segunda-feira) – início de aulas e matrículas p.67
100 - 4020	Dia 25.01 (sexta-feira) – reunião cursos p. 68
100 – 4021	Dia 28.06 (terça-feira) – Jornada afo-rina com professora especialista [...] p.76
100 – 4022	Dia 26 de agosto (sexta-feira) – Alunas visitam o Instituto da Fala para compreender [...] p. 79
100 - 4023	01 de setembro – Início da semana da Pátria p.97 (verso)
Livro nº 20 – Relatório: Instituto de Educação Olavo Bilac – Capa vermelha – 1969	
Código da foto	Descrição
100 - 3883	Índice
100 - 3885	
100 - 3886	Elaboração de testes com alunos
100 – 3887	
100 – 3888	Cursos em funcionamento: classes especiais para deficientes em audição, classe especial para deficientes mentais
100 – 3890	Estudo dos critérios de reuperação e Adaptação de alunos para inclusão no Regimento da escola
100 – 3891	Para estudo do processo dos alunos deficientes visuais 6.6 Estudo do Plano Geral do CE para deficiente da Visão. Resultado do currículo e redação dos conteúdos programáticos. 6.9 Estudo do processo 2294 do S.C.Sec quanto ao Regimento Interno do Curso de Especialização em Deficientes da Visão [...]

100 – 3892	Organização
100 - 3893	
100 – 3894	
100 – 3895	
100 - 3896	v) Da organização Coordenação do [...]
100 – 3897	
100 – 3898	
100 – 3900	b) Encontro com professores: [...] Em grupo: coordenadores dos cursos especializados: sondagem e levantamento da situação dos cursos em foco [...]
100 - 3901	
100 – 3902	e) Regimento Interno: Resultado e alteração da secção referente aos cursos especializados [...] no momento da elaboração do planeamento geral [...]
100 – 3903	
100 – 3904	
100 – 3905	
100 – 3906	
100 – 3907	
100 – 3908	
100 – 3909	
100 – 3910	
100 - 3913	Ficha das atividades Realizadas pelo professor Disciplina: Administração Escolar e Didática Série: Curso Especializado em Deficiente de Audição - 11 alunos – 15/07/1969
100 – 3914	Complementando a ficha
100 – 3915	Sessões com o SOE: dia 06/05 – ind. sobre uma aluna com defeito físico
100 – 3917	Atendimento individual: Dia 03/06 – entrevista individual com aluno que possui defeito físico Visita à 8ª DRE: Dia 13/06 – ainda com aluna possuidora de defeito físico
100 – 3918	
100 – 3919	Professor do primário
100 - 3920	Classe especial - curso primário de aplicação
100 - 3921	CONTINUAÇÃO
100 – 3922	Classes especiais de deficientes auditivos
100 – 3924	Ficha de atividades realizadas pelo professor surdos
100 – 3925	Ficha de atividades realizadas pelo professor surdos-logopedia
100 - 3926	Curso de aplicação do SOE
100 – 3927	
100 – 3928	b) classe especial c) anexos IEOB
100 – 3929	
100 – 3930	Ficha de atividades realizadas pelo professor Classe especial – sub-dotados
100 – 3931	Classe especial – sub-dotados

	Deficiente auditivo
100 - 3932	Classe deficiente auditivo
100 - 3933	Coordenação do curso especializado de deficiente da audição e da fala – Mirian Tonetto
100 – 3934	5 – área didática 5.1 – serviço de ensino 5.2 – cursos em funcionamento: Educação de surdos Atividades curriculares desenvolvidas: cursos especializados [...]
100 - 3935	Coordenação: Curso de formação de professores especializados em educação [...]
100 – 3936	Tabela: Curso especializados deficiente da Audição
100 – 3937	
100 – 3938	
100 – 3940	
100 - 3941	Atividades: Culturais: participação dos alunos dos Cursos especializados em deficientes da audição e fala em jornada
100 – 3944	Outras atividades desenvolvidas
100 – 3945	Classe especial – curso pré-primário de aplicação Fala do trabalho no segundo semestre Fala dos alunos de aprendizagem lenta
100 – 3946 (substituída por 100 – 4071)	Curso primário esp. – Deficiente da Audição Unidade básica da escola: “liderança autêntica é responsabilidade de ação” Área administrativa
100 – 3947	CONTINUA
100 – 3948	CONTINUA
100 – 3949	Curso primário de aprendizagem Classe especial de Prexterapia – SOE
100 – 3950 (substituída pela foto 100 – 4072)	
100 – 3951 (substituída pela foto 100 – 4073)	Música
100 - 3952	Ficha de atividades realizadas pelo professor Classe especial
100 – 3953	Ficha de atividade realizadas pelo professor Classe especial de Praxterapia
100 – 3955	Reunião com equipe de professores [...] classe especial em Aprendizagem Lenta
100 – 3956	Relatório de atividades do serviço de ensino IV - elementos que integram [...] Coordenação do curso de formação de professores especializados
100 – 3957	Calendário geral da escola p.02
100 – 3958	Síntese das atividades – relatório p.03
100 - 3959	Replanejamento para anos 70, dos cursos de pós graduação [...] jardim de infância, deficiente da audição e fala

100 – 3960	Relatório – [...]de deficiente da audição e da fala - 2º semestre 1969
100 – 3961	I – identificação do curso especializado de deficiente da audição e da fala II – justificativa III – objetivo da coordenação IV – objetivo da escola para 1970
100 – 3962	V – síntese das atividades VI – relatório das atividades
100 - 3963	CONTINUA
100 – 3964	[...] visou despertar a comunidade para o problema do excepcional [...] defeito auditivo e da fala
100 - 3965	CONTINUA
100 - 3966	CONTINUA
Livro nº 22 – Relatório do Instituto de Educação ‘Olavo Bilac’ – Capa vermelha – 1971	
Código da foto	Descrição
DSCO7228	Classes especiais deficiência auditiva Classes especiais deficiência mental p.01
DSCO7229	Coordenadores dos cursos – classes especiais de deficientes da audição e da fala p.02
DSCO7230	Alunos e professores dos cursos especializados p.136
DSCO7231	3. organização e atribuições: as classes especializadas de deficientes da audição e da fala funcionam como classes de aplicação do Curso de Formação de Professores de Deficientes de Audição e da Fala
DSCO7232	4. horário de funcionamento 5. síntese das atividades
DSCO7233	CONTINUA... “Houve a preparação e iniciativa da criança deficiente auditiva para o músico-terapia através do desenvolvimento da sensorial sonora” Encaminhamento de alunos surdos
DSCO7234	Caixa escolar Deficiente auditivo e da fala = 2 alunos Deficientes mentais = 3 alunos
DSCO7235	CONTINUA p.279
Livro nº 27 – Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Capa azul – Lembrança dos 75 anos – 1976	
Código da foto	Descrição
4074/75	“A 2 de abril de 1965, foi inaugurado o curso especializado [...] Deficiente da audição e da fala [...]” p.11
4076	2 fotos da clínica da leitura p.25
4077	1 foto da clínica de leitura p.26

4079	2 fotos: classes de surdos-mudos e deficientes mentais
Livro nº 30 – Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Plano Curricular – 1978	
Código da foto	Descrição
DSC07271	Plano curricular 1978 Dados de identificação Turma manhã: tabela - séries: classes especial de apoio. Nº 1. Denominação: Deficientes de Audiocomunicação. Nº de alunos: 4 – p.01
DSC07272	Turno tarde: tabela – séries: classe especial. Nº 1. Denominação: Deficientes mentais. Nº de alunos: 8 p.02
DSC07273	4. Estrutura Organizacional p.08 5. Funcionamento dos setores de serviços
DSC07274	Setor de serviço: núcleo técnico-pedagógico e assistencial Coordenadora das classes especiais. Responsável: ClecyDenardin Apoio pedagógico: biblioteca, audiovisual, clínica de leitura
DSC07275	6. Programação 6.1 Núcleo técnico administrativo
DSC07276	CONTINUAÇÃO
DSC07277	6.2.2 Classes especiais. Necessidades: aquisição de um vibra-som coletivo para o aprimoramento da língua oral. Objetivo: integrar o deficiente de audio-comunicação na sociedade de ouvintes para viva, ...
DSC07278	6.4 Assistência ao Educando. Necessidades: encaminhamento de alunos carentes para atendimento e tratamento no Banco de Ouvidos e Clínica de Olhos. Encaminhamento para proporcionar cirurgia de ouvido e de olhos. Arrecadação de brinquedos e ...
DSC07279	Tabela com atividades: compra de equipamentos para a classe de deficientes auditivos. Meses: ...
DSC07280	CONTINUAÇÃO ...aquisição de um vibra-som coletivo...
DSC07281	Nome: Marly de Souza Lang. Formação: Curso de Formação Professor Especializado para Surdos ... Atuação: Clínica de Leitura p. 48
DSC07282	Nome: Erecê Alves Pereira. Formação: Pedagogia. Administração Escolar. Especialização Deficientes Mentais p.58
DSC07283	Nome: Clecy Denardin. Formação: Administração Escolar. Especialização Deficientes Audiocomunicação p.64
DSC07284	9.4 Dados atuais – 1978 Tabela: Classe Especial... total: 12
Livro nº 30.1 – Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Plano Curricular – 1978	
Código da foto	Descrição
DSC07285	Plano Curricular

	1. Dados de identificação 1.8.1 Turno manhã (tabela) Séries: classe especial de apoio. Nº 1. Denominação: Deficiente de Audiocomunicação. Nº de alunos: 4
DSC07286	1.8.2 Turno tarde: 8 deficientes mentais p.02
Sem foto	(Tabela) 5 Funcionamento dos setores ou serviços p.06
DSC07287	Núcleo técnico pedagógico e assistencial Apoio pedagógico: Clínica de leitura p.11 ^a
DSC07288	(Tabela) 6 Programação 6.1 Núcleo técnico-administrativo Necessidades: ampliação das classes especiais, da Clínica de Leitura p.11
DSC07289	(Tabela) 6.2.2 Classes especiais Necessidades: aquisição de um vibra-som coletivo
DSC07290	(Tabela) 6.4 Assistência ao educando Necessidades: encaminhamento de alunos carentes para atendimento e tratamento ...
Sem foto	Serviço pedagógico Funcionários
DSC07291	(Tabela) Nome: Marly de Souza Lang Formação: Curso de Formação de Professores Especializados para Surdos ... Clínica de Leitura ...
DSC07292	(Tabela) Nome: Clecy Denardin (Administração Escolar Especial Deficientes Audiocomunicação); Adoniran Maffioletti Bissacot (Pedagogia Especial Deficientes Mentais)
Sem foto	Calendário das atividades de cunho sócio-cultural p.88
DSC07293	(Tabela) Data comemoração: 21/08 à 28/08 Data significativa: 21/08 à 28/08 Semana Nacional da Criança Excepcional Participação das turmas: 1º Grau Coordenação: Cleci Denardin Colaboração: Sugestões de Atividades:
Livro sem nº – Relatório de Estágio – Administração Escolar – Capa vermelha – UFSM-FIC – 1973	
Código da foto	Descrição
100-4024	Folha de rosto: Ameri Lopes, Marlene Mudina, Neidi de Oliveira, Zelma Borges
100-4025	Sumário
100-4026	Apresentação
100-4027	Introdução sobre os cursos que funcionavam na escola
100-4028	Capítulo I – Plano de Ação do Estágio Cursos mantidos: classes especiais para excepcionais
100-4029	Capítulo III – Funcionamento e organização
Sem foto	Capítulo IV – Base Curricular - é oferecido às alunas 3 tipos de currículos:

	- curso normal de grau colegial – Plano A - habilitação específica para magistério – Educação Geral
100-4030	CONTINUAÇÃO – plano de estudo do 2º grau – Sugestão B Disciplinas (Educação Especial)
100-4031	8 – Coordenação Pedagógica de classes especiais
100-4032	CONTINUAÇÃO
100-4033	CONTINUAÇÃO ...todo aluno que é recuperado
100-4034	Capítulo VIII – Instituições e Serviços
Sem foto	Serviço audiovisual Serviço de orientação educacional Biblioteca escolar
Sem foto	Associação de Pais e Mestres Gabinete odontológico
100-4035	Gabinete Médico
Sem foto	Caixa escolar/ Grêmio de aluno/ Pelotão de Saúde/ Centro cívico/ Centro social/ Associação de Mães
100-4036	Capítulo X – Participação em atividades Data: 17/09 e 18/09/73 visita às classes especiais (excepcionais)
100-4037	Data: 20/10/73 Quadro de percepção da Educação Geral e Formação Especial
100-4038	Conclusão 4º que na elaboração do próximo Regimento haja preocupação de um capítulo para os excepcionais (classes especiais)
100-4039	Organograma
100-4040	CONTINUAÇÃO Organograma
Livro nº 32– Plano Curricular – 1979	
Código da foto	Descrição
DSC07220	(Tabela) Professores: Valderez Scarrone de Souza – Coordenadora da clínica de leitura Marly de Souza Lang – Reeducadora na clínica de leitura
DSC07221	ClecyDenardin – Especialista Deficientes da Audiocomunicação – classe especial deficientes da audiocomunicação Ledi Maria Marchi – Aperfeiçoamento Deficiente Mental – classe especial deficientes mentais Eunica Teixeira Olmedo – Especialista Audiocomunicação – classe especial deficientes
Livro nº 32.1– Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Escola de 1º e 2º - Relatório – Setor de Planejamento Vol.2 - 1979	
Código da foto	Descrição
	Eram as atividades desenvolvidas/realizadas pelo Setor de Planejamento. Vai desde a elaboração de planos de ação e curricular até as datas comemorativas. Calendário das atividades de 1979, coordenadora geral: Zelma

	Santos Borges
DSC07257	21/08 à 23/08 Semana Nacional da criança excepcional Como no relatório anterior há o relatório individual de cada atividade. Não aparece aqui, o relatório dessa atividade.
Livro nº 33– Plano Curricular – 1980	
Código da foto	Descrição
DSC07222	(Tabela) 2. Dados gerais sobre o funcionamento da escola Turno da manhã: 1º grau – clínica de leitura – 61 alunos – 13 sessões
DSC07223	(Tabela) Turno da tarde: 1º grau – deficientes mentais – 15 alunos – 01 turma
DSC07224	(Tabela) Turno noite
DSC07225	(Tabela) Núcleo: técnico-pedagógico e assistencial – clínica de leitura. Objetivos: Atividades: Clientela: alunos do jardim de infância, 1º e 2º graus Recursos:
Livro nº 34– Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Escola Estadual de 1º e 2º - Relatório – Setor de Planejamento Vol.2 - 1980	
Código da foto	Descrição
DSC07258	3. Desenvolvimento
DSC07259	3.2 Cursos
DSC07260	13 Reunião sobre avaliação dos alunos das classes especiais
DSC07261	22 Encontro Estadual de Educação Especial
DSC07262	46 Reunião: classes especiais
DSC07263	(Tabela) Calendário de atividades – 21/08 à 28/08 Semana Nacional do Excepcional
DSC07264	Relatório: Semana do Excepcional – 1980 – Período de 21 a 28 de agosto
DSC07265	Encontro Estadual de Educação Especial – Programa
DSC07268	Semana Nacional da Criança Excepcional – 21 a 28 de agosto de 1980 – SM – Programa
DSC07269	Encerramento da Semana Nacional do Excepcional – 10 de setembro de 1980
DSC07270	Certificado No cronograma das Horas Cívicas Semanais que era dividido por disciplina, séries e turmas não há nenhuma classe especial
Livro nº 37– Bilac “80” – Capa Branca – 1901/81	
Código da foto	Descrição
DSC07226	Apresentação “[...] documento real da administração 1974-1981”
DSC07227	Foto de alunos da classe especial com professores

Livro nº 39– Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Escola Estadual de 1º e 2º graus – SM – Relatório Geral – Núcleo de Planejamento Coordenadora Zeima Santos Borges Calendário das atividades – 1981	
Código da foto	Descrição
DSC07255	(Tabela) Data da comemoração: 21/08 a 28/08 Essa listagem mostra todas as datas que fora comemoradas. Depois há um relatório individual de cada atividade com: especificação da atividade; estabelecimento de ensino; município; área de abrangência; etc. Também há introdução, desenvolvimento e conclusão e alguns adendos e apêndices. Dessa data em questão, novamente não havia relatório
Livro nº 41– Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Relatório Geral – Vol.I – 1982	
Código da foto	Descrição
100 - 3971	Foto da introdução
100 – 3972	Relatório 1.7.3 – Olavinho e Anexos – Diurno – manhã – 1 turma de classe especial 1.7.4 [...] tarde
100 – 3973	CONTINUA – 1 turma de classe especial
100 – 3974	3.2.17 Regimentar as classes especiais: organização das atribuições
Sem foto	3.2.2 Reformulação do Regimento interno da escola
Sem foto	Relatório da IV Feira de Ciências 3.2 – Relação dos trabalhos apresentados - 1º grau
100 - 3975	Problemas de audição
Livro nº 42– Relatório do Serviço de Planejamento – 1982	
Código da foto	Descrição
Sem foto	3.2.17- Regimentar Relatório da Semana do Deficiente
Livro nº 41.1 – Instituto de Educação “Olavo Bilac” – Relatório Geral Vol. II – 1982	
Código da foto	Descrição
Sem fotos	
Livro sem nº - SSE – Aspectos Legais – Pasta encapada azul	
Código da	Descrição

foto	
100 - 4093	Decreto-Lei nº 1.044 – 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica p. 41
100 – 4094	Parecer nº 02/95 [...]na escola em apreço, a qual adotará, para discipliná-lo, o contido no Regimento Individualizado aprovado pelo Parecer nº 427/CEE/93
100 – 4095 até 100 – 4104	Parecer nº 658/77 [...] fixa normas para o tratamento especial a que se refere o artigo 9º da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1991
100 – 4105	Resolução nº 130, de 25 de novembro de 1977
100 – 4106/07	CONTINUA
100 - 4108	Critérios para elaboração do quadro de necessidades nas unidades escolares
Livro nº 46 – Plano Global – Capa azul – 1984	
Código da foto	Descrição
DSC07236	Sumário
DSC07237	5.2.10 – Classes especiais. Responsável: Vera Terezinha Corrêa Artigo 67- As classes especiais tem por finalidade [...] p.34
DSC07238	CONTINUA p. 35
DSC07239	Função: integradora, produtiva e adaptativa. SOE. Clientela: [...] e classes especiais
DSC07240	CONTINUA
DSC07241 até DSC07244	
DSC07245	Função: integradora, produtiva e adaptativa. Clínica de leitura. Clientela: deficientes mentais e educáveis
DSC07246	SOE
DSC07247	Anexo 1 – Dados gerais sobre o funcionamento da escola
DSC07248	(Tabela) Dados gerais – classe especial
DSC07249	Clínica de leitura [...] classe especial
DSC07250	Anexo 2 – Calendário de atividades comemorativas p. 145 – 21/08 a 28/08 – Semana Nacional da Criança Excepcional [...] palestra, ati-social, exposição de trabalhos [...]
DSC07251	Cronograma de Hasteamentos e Arriamentos do Pavilhão Nacional p.164
DSC07252	Atividades a serem desenvolvidas [...] com participação da classe especial (duas vezes) p.165
DSC07253	CONTINUAÇÃO (três vezes) p. 166
Livro nº 46 – Plano Global – 1984	
Código da foto	Descrição
100 – 4109	5.2.9 Clínica de Leitura

	Responsável: Ana Lúcia Ghignatti Molina
100 – 4110	5.2.10 Classes Especiais Responsável: Vera Terezinha Corrêa p.34
100 - 4111	CONTINUAÇÃO p.35